



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Ituiutaba

Parecer Técnico IEF/NAR ITUIUTABA nº. 66/2022

Belo Horizonte, 15 de julho de 2022.

PARECER ÚNICO				
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>				
Nome: ROBERTO RIBEIRO MOREIRA FILHO			CPF/CNPJ: 607.454.796-34	
Endereço: Rua 18, Nº1139			Bairro: CENTRO	
Município: ITUIUTABA	UF: MG		CEP: 38.300-072	
Telefone: (34) 3268-4074		E-mail: suporteintegraltop@gmail.com		
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? ( X ) Sim, ir para item 3      ( ) Não, ir para item 2				
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>				
Nome:			CPF/CNPJ:	
Endereço:			Bairro:	
Município:	UF:		CEP:	
Telefone:		E-mail:		
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>				
Denominação: FAZENDA CATINGUEIRA / CRUZ E MACAÚBAS			Área Total (ha): 1013,59	
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 6.807			Município/UF: SANTA VITÓRIA/MG	
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3159803-DC5A.108A.5BB4.455E.9058.4777.C1E6.C572				
<b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA</b>				
Tipo de Intervenção	Quantidade		Unidade	
CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS	38 ÁRVORES		71 HA	
INTERV. EM APP SEM SUPRESSÃO DE VEG. NATIVA	0,15		HA	
<b>5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
			X	Y
CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS	38	71 HA	550221	7888482
INTERV. EM APP SEM SUPRESSÃO DE VEG. NATIVA	0,15	HA	549492	7888760
<b>6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>				
Uso a ser dado a área	Especificação			Área (ha)
PASSAR MANGOTES NA APP SEM SUPRESSÃO DE VEG. NATIVA PARA IRRIGAÇÃO E CORTAR 38 ÁRVORES ISOLADAS PARA INSTALAÇÃO DE UM PIVÔ CENTRAL	IRRIGAÇÃO			71,15
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>				
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)		Área (ha)
MATA ATLÂNTICA	OUTROS	ÁRVORES ISOLADAS		71
MATA ATLÂNTICA	OUTROS/APP CONSOLIDADA			0,15
<b>8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>				
Produto/Subproduto	Especificação		Quantidade	Unidade

LENHA			29	M <sup>3</sup>
MADEIRA	Anandenanthera falcata (Angico)	1	22	M <sup>3</sup>
	Astronium graveolens (Guarita)	2		
	Dipteryx alata (Baru)	5		
	Hymenaea courbaril (Jatobá)	2,7		
	Myracrodruon urundeuva (Aroeira)	9		
	Plathymenia reticulata (Vinhático)	1		
	Pterodon emarginatus (Sucupira-branca)	1,3		

## 1.HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo:22/06/2022

Data da vistoria:24/06/2022

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

Data de emissão do parecer técnico:15/07/2022

## 2.OBJETIVO

TRATA-SE DE UMA INTERVENÇÃO SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM UMA ÁREA DE 0,15HA E CORTE DE 38 ÁRVORES ISOLADAS EM ÁREAS COMUNS EM UMA ÁREA DE 71HA, ONDE O PROPRIETÁRIO PLEITEIA PASSAR MANGOTES NA APP PARA IRRIGAÇÃO PARA O PIVÔ QUE SERÁ CONSTRUÍDO.

## 3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

A INTERVENÇÃO REQUERIDA SERÁ REALIZADA NA FAZENDA CATINGUEIRA / CRUZ E MACAÚBAS, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA, A PROPRIEDADE POSSUI 1013,59HA DE ÁREA TOTAL, EQUIVALENTES EM 35,12 MÓDULOS FISCAIS.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3159803-DC5A.108A.5BB4.455E.9058.4777.C1E6.C572

- Área total: 1.013,5833 ha

- Área de reserva legal: 202,7886 ha [área de RL indicada no CAR]

- Área de preservação permanente: 34,4458 ha [área de APP indicada no CAR]

- Área de uso antrópico consolidado: 792,2407 ha [área de uso consolidado indicada no CAR]

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

(X ) A área está preservada: 202,72ha

( ) A área está em recuperação: xxxxx ha

( ) A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

( ) Proposta no CAR ( X ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

AV.01 – 6807 – RESERVA FLORESTAL – Santa Vitória, 11 de junho de 2002.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 9 FRAGMENTO DENTRO DO PRÓPRIO IMÓVEL

- Parecer sobre o CAR:

**“Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida”.**

#### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

TRATA-SE DE UMA INTERVENÇÃO SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM UMA ÁREA DE 0,15HA E CORTE DE 38 ÁRVORES ISOLADAS EM ÁREAS COMUNS EM UMA ÁREA DE 71HA, ONDE O PROPRIETÁRIO PLEITEIA PASSAR MANGOTES NA APP PARA IRRIGAÇÃO PARA O PIVÔ QUE SERÁ CONSTRUÍDO.

Taxa de Expediente: 596,29 reais pago em 05/05/2022

TAXA FLORESTAL DE LENHA: 193,67 reais pago em 05/05/2022

TAXA FLORESTAL DE MADEIRA: 931,25 reais pago em 05/05/2022

#### 5.1 Das eventuais restrições ambientais:

[Neste tópico, o gestor do processo deverá discorrer sobre eventuais restrições ambientais existentes na área de intervenção solicitada (conforme IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>) entre outras características que entender pertinentes, por exemplo:]

- Vulnerabilidade natural: BAIXA

- Prioridade para conservação da flora: MUITO BAIXA

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: NÃO EXISTE ÁREAS PRIORITÁRIAS

- Unidade de conservação: NÃO EXISTE

- Áreas indígenas ou quilombolas: NÃO

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

#### 5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: PECUÁRIA E AGRICULTURA

- Atividades licenciadas:

Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo

Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento

Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Classe do empreendimento: 2

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: LAS/Cadastro

- Número do documento: 590/2020

#### 5.3 Vistoria realizada:

A VISTORIA FOI REALIZADA EM 24/06/2022, ACOMPANHADO DO SERVIDOR JOSÉ MARIA DE CASTRO JÚNIOR.

VIMOS QUE A SOLICITAÇÃO DO REQUERENTE CONFERE COM O QUE ENCONTRAMOS NA PROPRIEDADE. TRATA-SE DE UMA INTERVENÇÃO SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM UMA ÁREA DE 0,15HA E CORTE DE 38 ÁRVORES ISOLADAS EM ÁREAS COMUNS EM UMA ÁREA DE 71HA, ONDE O PROPRIETÁRIO PLEITEIA PASSAR MANGOTES NA APP PARA IRRIGAÇÃO PARA O PIVÔ QUE SERÁ CONSTRUÍDO. AS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NESSA PROPRIEDADE SÃO A PECUÁRIA E AGRICULTURA, A PROPRIEDADE POSSUI 71,17% DE ÁREA AGRICULTÁVEL.

##### 5.3.1 Características físicas:

- Topografia: PLANA E LEVEMENTO ONDULADA

- Solo: LATOSSOLO VERMELHO (SOLO ARGILO-ARENOSO)

- Hidrografia: A PROPRIEDADE É BANHADA PELO CÓRREGO DA CATINGUEIRA E PELO RIO PARANAÍBA. LOCALIZADO NA MICROBACIA DO CÓRREGO DA CATINGUEIRA, PERTENCENTE A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANAÍBA.

##### 5.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: BIOMA MATA ATLÂNTICA, COM FITOFISIONOMIA DE CERRADÃO, E O LOCAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA SERÁ ATÉ AS MARGENS DO RIO PARANAÍBA, PARA QUE POSSAM REALIZAR A CAPTAÇÃO DE ÁGUA. E TAMBÉM O CORTE DE 38 ÁRVORES ISOLADAS EM ÁREAS COMUNS EM UMA ÁREA DE 71HA.

- Fauna: EXISTE TATU, COBRAS, SERIEMAS, VARIAS ESPÉCIES DE PÁSSAROS. NÃO VIMOS ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO. VIMOS NA VISTORIA SERIEMAS E MACACOS.

#### 5.4 Alternativa técnica e locacional:

CONSIDERANDO NÃO HAVER SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA NA APP ESSE LOCAL SERÁ O MAIS INDICADO PARA REALIZAR A INTERVENÇÃO E FOI ANEXADO AO PROCESSO A DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DE USOS DA ÁGUA QUE INDEPENDEM DE OUTORGA DA ANA - CAPTAÇÃO Nº 981/2021/SRE.

### 6. ANÁLISE TÉCNICA

ESSA INTERVENÇÃO É PASSÍVEL DE AUTORIZAÇÃO ESTANDO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR LEI 20.922/13, ART. 3, II, E, G.

#### 6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

NÃO EXISTE IMPACTO AMBIENTAL. O PROPRIETÁRIO ESTÁ PLEITEANDO UMA INTERVENÇÃO SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM UMA ÁREA DE 0,15HA E CORTE DE 38 ÁRVORES ISOLADAS EM ÁREAS COMUNS EM UMA ÁREA DE 71HA, ONDE O PROPRIETÁRIO PLEITEIA PASSAR MANGOTES NA APP PARA IRRIGAÇÃO PARA O PIVÔ QUE SERÁ CONSTRUÍDO.

#### Medidas mitigadoras:

- Proteção das áreas de preservação existentes em toda propriedade.
- Deverá preservar e conservar os remanescentes florestais e recursos hídricos.

### 7. CONTROLE PROCESSUAL

#### I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pela empreendedora **ROBERTO RIBEIRO MOREIRA FILHO** conforme consta nos autos, para intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,15ha c/c corte de 38 (trinta e oito) árvores isoladas, na Fazenda Catingueira / Cruz e Macaúbas, localizado no município de Santa Vitória/MG, conforme matrícula nº. 6.807 do CRI da Comarca de Santa Vitória/MG.

2 - A propriedade possui área total matriculada de 1013,59ha e área de reserva legal averbada e informada no CAR.

3 - As intervenções requeridas tem por finalidade mangotes na app para irrigação para o pivô que será construído para fazer uso da outorga do empreendimento. **Foi apresentado informado que o empreendimento possui outorga - documento 50011875.**

4 - A atividade desenvolvida no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadra-se como não passível de licenciamento ambiental, para as atividades de Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento e Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, conforme informado nos autos.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, inclusive PUP, mapa, matrículas do imóvel, CAR e demais documentos pertinentes, anexados aos autos do processo administrativo.

#### II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento é passível de autorização nos seguintes moldes: intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,15ha c/c corte de 38 (trinta e oito) árvores isoladas, uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes.

7 - Do ponto de vista jurídico, é cediço que as áreas de preservação permanentes são aquelas protegidas por lei, revestidas ou não com cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas. Assim, diante da singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente, tem-se que estas são, em regra, dotadas de intocabilidade, e por isso, seu uso econômico direto é vedado.

8 - Entretanto, a legislação ambiental vigente aponta os casos de flexibilização do uso da área de preservação permanente, conforme disposto na Lei Estadual 20.922/2013, Decreto Estadual 47.749/19 e a DN 236/19. Essas normas estabelecem que a intervenção em APP somente poderá ser autorizada, mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, nos seguintes casos: obras decorrentes de utilidade pública, de interesse social ou ações consideradas eventuais e de baixo impacto.

9 - Entende-se por **interesse social**: a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas; b) a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área; c) a implantação de infraestrutura pública

destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas rurais consolidadas e em ocupações antrópicas consolidadas em área urbana, observadas as condições estabelecidas nesta Lei; d) a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas de ocupação antrópica consolidada, observadas as condições estabelecidas na Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009; **e) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos sejam partes integrantes e essenciais da atividade;** f) as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente; g) a implantação da infraestrutura necessária à acumulação e à condução de água para a atividade de irrigação e à regularização de vazão para fins de perenização de curso d'água; h) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual, tudo isso nos exatos termos do art. 3º, inciso II, da Lei Estadual nº 20.922/2013.

10 – Com fulcro na Lei Federal 11.428/2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, encontra-se respaldado este parecer jurídico, pois, a **atividade do empreendedor se enquadra como de baixo impacto** e a área a ser intervinda trata-se de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração. Vejamos:

*Art. 25. O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio inicial de regeneração do Bioma Mata Atlântica serão autorizados pelo órgão estadual competente.*

*Parágrafo único. O corte, a supressão e a exploração de que trata este artigo, nos Estados em que a vegetação primária e secundária remanescente do Bioma Mata Atlântica for inferior a 5% (cinco por cento) da área original, submeter-se-ão ao regime jurídico aplicável à vegetação secundária em estágio médio de regeneração, ressalvadas as áreas urbanas e regiões metropolitanas.*

*Art. 26. Será admitida a prática agrícola do pousio nos Estados da Federação onde tal procedimento é utilizado tradicionalmente.*

(...)

11 – Nesse sentido, com fulcro no Decreto Estadual nº. 47.749/2019 em seu art. 46 preceitua que:

*Art. 46 – Independem do cumprimento da compensação prevista nesta seção os casos de corte ou supressão de vegetação nativa secundária em estágio inicial de regeneração e, no estágio médio de regeneração, o pequeno produtor rural e populações tradicionais, além das demais atividades dispensadas de autorização para intervenção ambiental previstas na Lei Federal nº 11.428, de 2006.*

(...)

12 - Como medidas ecológicas de caráter mitigador e compensatório, o requerente deverá cumprir as medidas estabelecidas no Parecer Técnico.

13 - Insta ressaltar, que a inexecução total ou parcial das medidas mitigadoras e compensatórias, ensejará sua remessa ao Ministério Público, para execução das obrigações, sem prejuízo das demais sanções legais.

14 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

### III) Conclusão:

15 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização para intervenção ambiental nos seguintes moldes: **intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,15ha c/c corte de 38 (trinta e oito) árvores isoladas**, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

**Sugere-se o prazo de validade do DAIA deverá coincidir com a validade da licença ambiental, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 8º.**

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de intervenção em APP com supressão de vegetação nativa, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

## 8.CONCLUSÃO

"Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO (INTEGRAL)** do requerimento de INTERVENÇÃO EM APP SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM 0,15 E DO CORTE DE 38 ÁRVORES ISOLADAS EM ÁREAS COMUNS EM UMA ÁREA DE 71HA, ONDE SERÃO INSTALADOS OS MANGOTES PARA IRRIGAÇÃO E O CORTE DAS ÁRVORES ISOLADAS ONDE SERÁ A ÁREA DO PIVÔ, localizada na propriedade FAZENDA CATINGUEIRA / CRUZ E MACAÚBAS.

## 9.MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

DEVERÁ APRESENTAR UM PTRF PARA RECUPERAR UMA ÁREA DE MESMO TAMANHO DA ÁREA REQUERIDA EM APP QUE É DE 0,15HA.

"Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo, em área de 0,15 ha, tendo como coordenadas de referência INÍCIO: X: 549399; Y: 7888492 FIM : X: 549348, Y: 7888467 (UTM, Sirgas 2000), na modalidade DE PLANTIO, nos prazos estabelecidos no cronograma de execução."

### 9.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

NÃO SE APLICA

## 10.REPOSIÇÃO FLORESTAL

TAXA DE REPOSIÇÃO FLORESTAL NO VALOR DE R\$ 1459,72 REAIS

## 11.CONDICIONANTES

### Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	"Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo, em área de 0,15 ha, tendo como coordenadas de referência INÍCIO: X: 549399; Y: 7888492 FIM : X: 549348, Y: 7888467 (UTM, Sirgas 2000), na modalidade DE PLANTIO, nos prazos estabelecidos no cronograma de execução."	Estabelecer prazo conforme cronograma do projeto
2		
3		
4		
...		

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

### INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC    ( x ) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: MAURO MOREIRA DE QUEIROZ

CPF:044.984.666-08

Nome: JOSÉ MARIA DE CASTRO JR

MASP: 1080604-6

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MASP:



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto de Freitas Filho, Servidor (a) Público (a)**, em 25/07/2022, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Maria Castro Júnior, Gerente**, em 25/07/2022, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **49780670** e o código CRC **3317DC85**.